



Câmara Municipal de Jundiá

Interessado: LÁZARO DE ALMEIDA

PROJETO DE LEI N.º 1 854

Assunto: declarando de utilidade pública, para efeito de desapropriação amigável ou judicial, o terreno de 324 m, encravado entre a avenida Paula Fenteado e a rua Baroneza do Japi, que consta ser de propriedade do sr. Hermano Costa.

Lei decretada sob n.º 1.570-A

Lei promulgada sob n.º 1.506

ARQUIVE-SE

[Signature]
Diretor Administrativo

2112165

Proc. No 12.268
Clas. 503.1065

Sala das Sessões, 1965
A CJR 6/10/65



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
EXPROPRIANTE
6 * OUT 1965
PROTOCOLO N.º 12268
CLASSIF. 505 1065

Aprovado em 1.ª Discussão.
Sala das Sessões, em 15/12/1965
PRESIDENTE

Aprovado em 2.ª Discussão.
sem dispensa do parecer da CR
Sala das Sessões, em 17/12/65
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

PROJETO DE LEI Nº 1 854

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para efeito de desapropriação amigável ou judicial, o terreno de 324 m², encravado entre a Av. Paula Penteadó e a rua Baroneza do Japi, que consta ser de propriedade do sr. Hermano Costa.

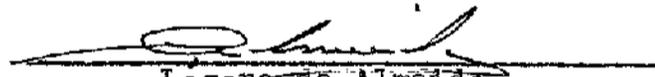
Art. 2º - O terreno, a que alude o art. anterior, deverá ser utilizado, depois de cumpridas as formalidades legais, para ligação das artérias citadas no mesmo artigo.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta de verbas próprias orçamentárias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 6/outubro/1 965,


Lazaro de Almeida.



2/19

Jundiaí, 6 de outubro de 1965
Ilmo. Sr. Guinéz Marcos Pantoja,
D.D. Secretário da Câmara Municipal.

Em atenção a solicitação de V.S. cumpre-me comunicar-vos o seguinte :

Terreno encravado entre a Av. Paula Penteado e Rua Baroneza do Japi:-

Área - 324,00 metros quadrados-Valôr para efeito de venda
(SISA) Cr: 965.000

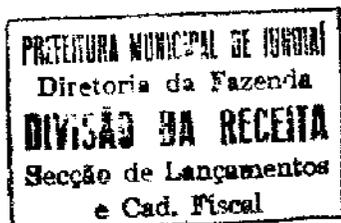
proprietário : HERMANO COSTA- Residência, Rua Pirapora, nº.
1.304-nesta.

Segue em anéxo o croquis do referido terreno.(assinalado em azual)

Atenciosamente,

Jundiaí, 6 de outubro de 1965

CHEFE DA DIVISÃO



Nome: **Hermano Costa**

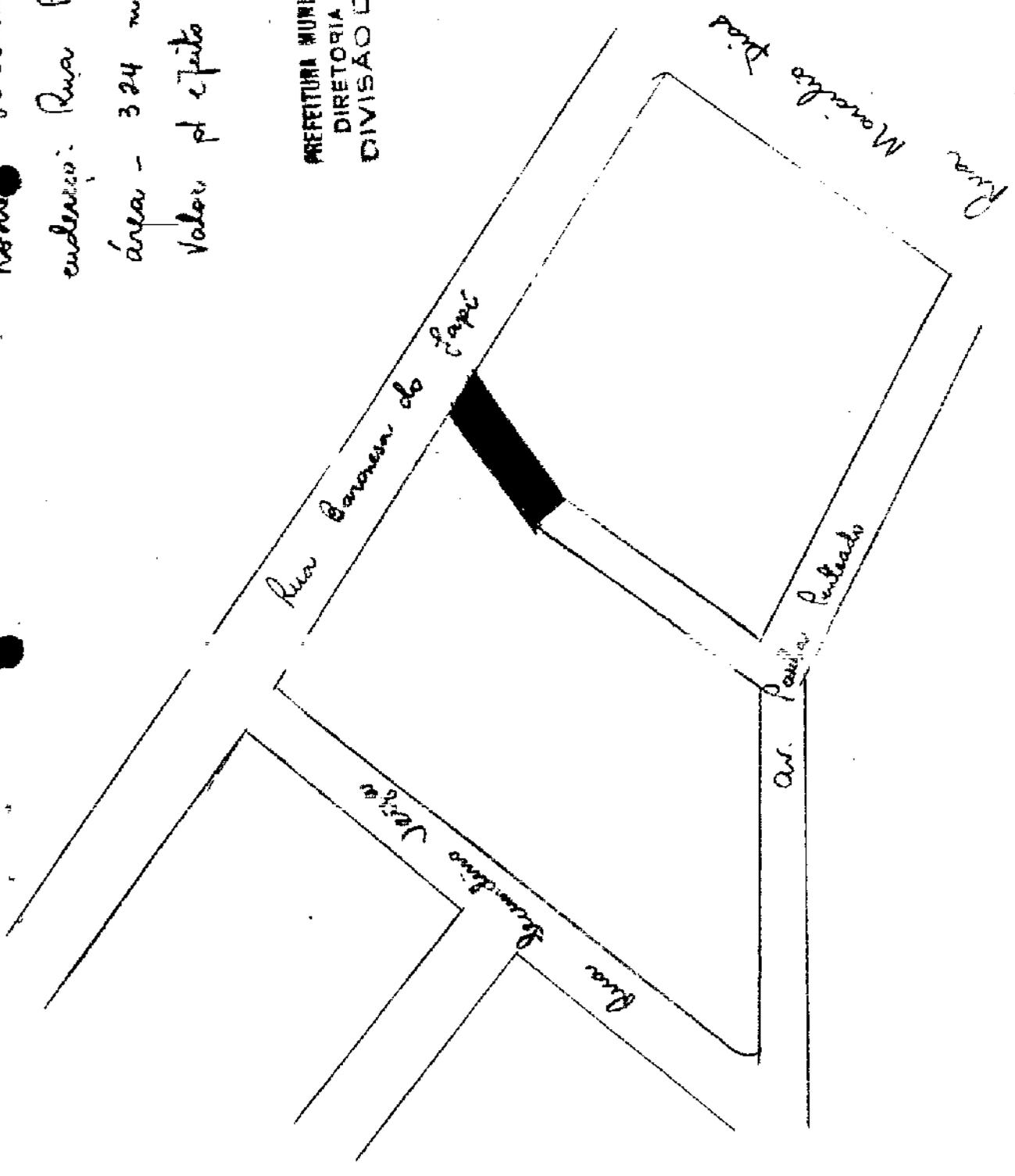
Endereço: **Rua Pirapora, 1304**

Área - **324 m²**

Valor pl efeito de renda (t em -) =
R\$ 965.000

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
DIRETORIA DA FAZENDA
DIVISÃO DA RECEITA

197 lotes
6/10/65



197
35

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
(DIRETORIA ADMINISTRATIVA)
A ASSESSORIA JURÍDICA PARA
EXAME E PARECER
J. Carlos Venzago
DIRETOR ADMINISTRATIVO
07/10/1964



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

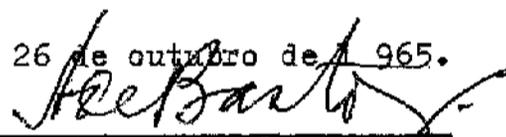
PROJETO DE LEI Nº 1 854

Proc. nº 12 268.-

PARECER Nº 273/65-da-ASSESSORIA JURÍDICA

- 1 - De autoria do nobre Vereador e Presidente da Casa, Lázaro de Almeida, o projeto de lei nº 1 854 tem por fim declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação amigável ou judicial, o terreno referido no artigo 1º, para ligação das artérias a que alude o mesmo dispositivo.
- 2 - A abertura de uma via pública é, nos termos do artigo 5º, letra "i", do decreto-lei federal n. 3365, de 21 de junho de 1 941, um caso de "utilidade pública", que justifica a medida expropriatória, a que visa o presente projeto de lei.
- 3 - A proposição, quanto à iniciativa, é legal, por força do artigo 8º do citado decreto-lei, que assim está redigido:
" Art. 8º - O Poder Legislativo poderá tomar a iniciativa da desapropriação, cumprindo, neste caso, ao Executivo praticar os atos necessários à sua efetivação ".
- 4 - O projeto é igualmente legal, quanto à competência (artigo 2º do mesmo decreto-lei).
- 5 - Conclusão: projeto de lei, conforme ao direito.
S. m. e.,

Jundiá, 26 de outubro de 1965.


Dr. Aguinaldo de Bastos,
Assessor Jurídico.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDUÇÃO	
40 Sr. <i>de. Genlio Carzelli</i>	
	para relatar no prazo regimental
	<i>[Signature]</i>
	PRESIDENTE
	30/10/1965



5/29

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Proc. 12 268

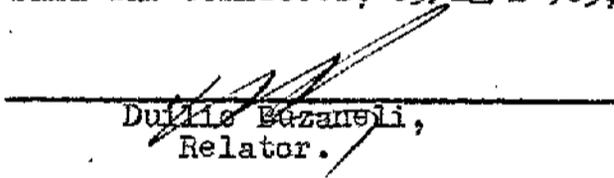
Projeto de lei nº 1 854, de autoria do vereador sr. Lázaro de Almeida, declarando de utilidade pública, para efeito de desapropriação amigável ou judicial, o terreno de 324 m, encravado entre a avenida Paula - Penteado e a rua Baroneza do Japi, que consta ser de propriedade do sr. Hermano Costa.

PARECER Nº 463/65

O pretendido pelo nobre autor do presente projeto é justo, legal e constitucional, conforme esclarece a douta Assessoria Jurídica da Casa, cujo parecer adotamos.

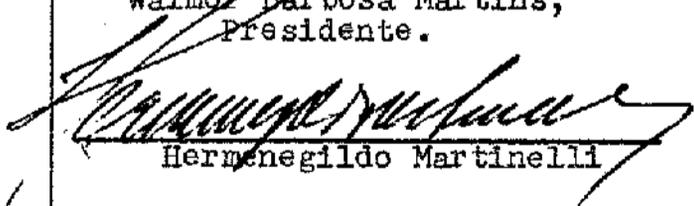
Parecer favorável.

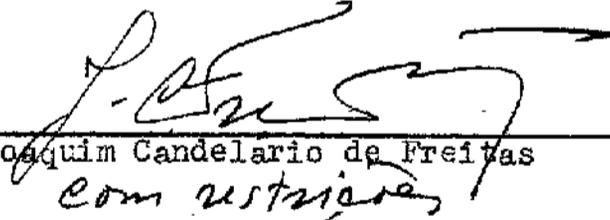
Sala das Comissões, 03/12/1 965,


Dulcis Bazanelli,
Relator.

PARECER APROVADO EM 7/12/1.965:-


Walmor Barbosa Martins,
Presidente.


Hermenegildo Martinelli


Joaquim Candelario de Freitas
com restrições


Archippo Frönzaglia Júnior

1854

6
29

O SR. ARMELINDO FIORAVANTI - (Pela CEP) - Sr. Presidente, srs. Vereadores, esta Comissão deveria informar se há verba no orçamento para desapropriação. E é do nosso conhecimento que há verba disponível. Portanto, somos favoráveis ao Projeto de Lei. Falo em meu nome próprio. Pediria a V. Exa. que fossem consultados os demais membros desta Comissão.

- Acompanham o Parecer os srs. Vereadores: Benedito Elias de Almeida - Geraldo Dias e Rogério Alfredo Giuntini.

O SR. PRESIDENTE - Aprova o Parecer da CEP. Há necessidade de ser ouvida a COSP. Nomeamos os Vereadores Rogério Alfredo Giuntini, Benedito Elias de Almeida e Geraldo Dias para esta Comissão e pedimos que seja indicado o Presidente "ad hoc" para a mesma.

O SR. BENEDITO ELIAS DE ALMEIDA - Sr. Presidente, nomeio o Vereador Geraldo Dias.

- Acompanha a indicação os srs. Rogério Alfredo Giuntini - Romeu Zanini e José Pereira Páchoa.

O SR. PRESIDENTE - V. Exa., nobre Vereador Geraldo Dias, é indicado Presidente "ad hoc" para COSP.

O SR. GERALDO DIAS - Peço a palavra, sr. Presidente. (Pela Comissão de Obras e Serviços Públicos) - Sr. Presidente, srs. Vereadores, o Proj. Lei 1854 prevê seja declarado de utilidade pública terreno de 324 m² para efeito de desapropriação. Ora, em se tratando de uma desapropriação que virá trazer benefícios para aquele ponto, que, se não se realizar, futuramente virá trazer gravíssimo problema naquele local, somos de opinião que o Projeto deve ser apro-

1954

7
29

vado pela Casa. É o Parecer deste Vereador.

- Acompanham o Parecer os srs. Vereadores: Benedito Elias de Almeida - Rogério Alfredo Giuntini - Romeu Zanini e José Pereira Paschoa.

O SR. PRESIDENTE - Aprovado o Parecer da COSP. E, discussão o art. 1º do Projeto de Lei 1854.

O SR. ARCHIPPO PRONZÁGLIA JR. - (Pela ordem) - Solicitaria de V. Exa. um esclarecimento. Esse terreno consta do prolongamento, no trecho que foi calçado agora?

O SR. PRESIDENTE - É uma travessa da Baronesa do Japy.

O SR. ARCHIPPO PRONZÁGLIA JR. - Sr. Presidente, aquela rua não tinha denominação e nós entramos com um Projeto de Lei, informado pela Prefeitura que ali é prolongamento. Solicito a V. Exa. que seja providenciado pela Secretaria o meu Projeto de Lei para melhor esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE - Nobre Vereador, eu posso informar a V. Exa. que é uma travessa que liga essas duas ruas...

O SR. ARCHIPPO PRONZÁGLIA JR. - Sr. Presidente, essa travessa a que V. Exa. se refere liga a Marcílio Dias com a Secundino Veiga. A Marcílio Dias é a que inicia nos fundos de Quartel e chega até à escadaria da Petronilha Antunes, passando pela Anchieta. E a Secundino Veiga é a que margina o Quartel, desce e vai até à antiga "biquinha". Esse trecho, até o Vianello, que foi desapropriado recentemente não tem denominação. Ali não é Baronesa do Japy.

1854

8/19

Emenda nº 1

ao art. 1º

deve-se lê:

"Rua Baroneza do Japy"

lida-se

via pública, seu de-

nominação, localizada

entre as ruas Baroneza

do Japy e 23 de maio"

S. das Socor, 15/12/15

~~At~~

a) as paredes circundantes serão resistentes em tôdas as faces menos uma: a que ficar voltada para o lado em que não houver outras edificações ou que seja suficientemente afastada das que existirem;

b) o material de cobertura serão impermeável, incombustível, resistente, o mais leve possível, e assentado em vigamento metálico bem contraventado;

c) o piso será resistente, incombustível e impermeável;

d) as janelas diretamente expostas ao sol deverão ser dotadas de venezianas de madeira e as vidraças deverão ser de vidro fosco;

e) além da iluminação natural, será permitida apenas a elétrica, mediante lâmpadas incandescentes, protegidas por tela metálica;

f) deverão ser dotados de instalações e equipamentos adequados à extinção de incêndio;

g) os trilhos e os vagonetes utilizados para transportes internos deverão ser de madeira, cobre ou latão;

h) dispor de proteção adequada contra descargas atmosféricas.

Artigo 3.4.6.03- Os edifícios destinados a armazenamento de matérias-primas obedecerão às seguintes prescrições:

a) haverá um edifício próprio para cada espécie de matéria-prima; a distância separativa de edifício a edifício será de dez metros no mínimo;

b) além da iluminação natural será permitida, apenas, a elétrica, mediante lâmpadas incandescentes protegidas por tela metálica;

c) o piso, a cobertura e as paredes dos depósitos de matérias-primas serão resistentes, impermeáveis ou impermeabilizados e incombustíveis.

d) deverão ser dotados de instalações e equipamentos adequados à extinção de incêndio.

Artigo 3.4.6.04- As fábricas de explosivos orgânicos de base mineral deverão satisfazer, além do disposto nos artigos anteriores, também ao seguinte:

a) os muros levantados na área de isolamento deverão atingir altura superior à da cumieira do edifício e nêles deverão ser plantadas árvores;

b) a cobertura será de material incombustível, impermeável e resistente, assentada em vigamento metálico;

Artigo 3.4.6.05- As fábricas de explosivos orgânicos deverão satisfazer, além do disposto nos artigos 3.4.6.01 a 3.4.6.04, ao seguinte:

a) o vigamento da cobertura, nos locais onde houver a possibilidade de desprendimento de vapores nitrosos, deverá ser protegido por tintas à base de asfalto;

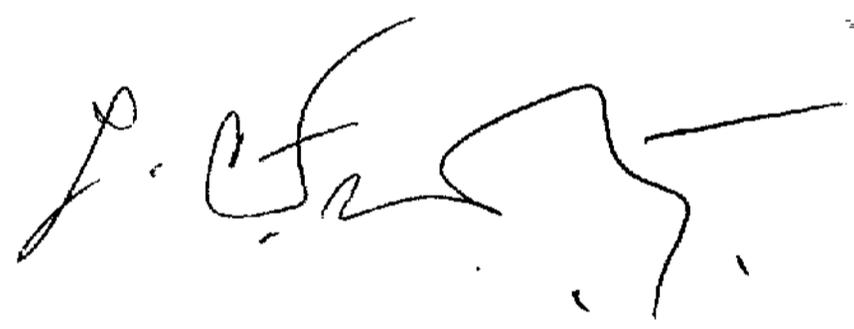
b) os pisos dos locais sujeitos a emanações de vapores nitrosos deverão ser revestidos de asfalto e ter declividade suficiente para o rápido escoamento de líquidos eventualmente derramados.

~~Art. 1º Fica declarada de utilidade de
pública, para~~

Proj. de lei nº 1854

Emenda nº 2.

Suprima-se do art. 1º a
circunstância: "que consta
ser de propriedade do Sr. Hermanno
Costa." 77



15/XII/96



10
R.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

PROJETO DE LEI Nº 1 854

A Câmara Municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, decreta a seguinte lei-

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, para efeito de desapropriação onerosa ou judicial, o terreno de 324 m, encravado entre a avenida Paula Festando e a via pública, sem denominação, localizada entre as ruas Baronesa do Japi e 23 de Maio.

Art. 2º - O terreno, a que alude o artigo anterior, deverá ser utilizado, depois de cumpridas as formalidades legais, para ligação das artérias citadas no mesmo artigo.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de verbas próprias orçamentárias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Jundiaí, em dezessete de dezembro de mil novecentos e sessenta e cinco. (16/12/1 965)


Lázaro de Almeida,
Presidente.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

CÓPIA

11/12/65

16 dezembro 65

Of. PH. 12/65/351-

12.2681-

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

À devida sanção d'esse Executivo, tenho a honra de encaminhar a V. Excia. os autógrafos do PROJETO DE LEI Nº 1 854, devidamente aprovado por este Legislativo em Sessão Ordinária realizada no dia 15 do corrente mês.

Valho-me da oportunidade para apresentar a V. Excia. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.


Iazaro de Almeida,
Presidente.

ANEXO:- Duas vias da lei.

A Sua Excelência o Senhor
Professor PEDRO FÁVARO,
Muito Digno Prefeito Municipal de Jundiaí,
Heata.
-dgc/

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ



LEI Nº 1.306, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1965 -

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, de acôrdo com o que decretou a Câmara Municipal em sessão realizada no dia 16/12/1965, P R O M U L G A a seguinte lei: - - - - -

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, para efeito de desapropriação amigável ou judicial, o terreno de 324m, encravado entre a avenida Paula Penteado e a via pública, sem denominação, localizada entre as ruas Baronesa do Japi e 23 de maio.

Art. 2º - O terreno, a que alude o artigo anterior, deverá ser utilizado, depois de cumpridas as formalidades legais, para ligação das artérias citadas no mesmo artigo.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de verbas próprias orçamentárias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Leandro Javay
(Pedro Favaro)
PREFEITO MUNICIPAL.

Publicada na Diretoria Administrativa desta Municipalidade - aos vinte dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e cinco.

Mário Ferraz de Castro
(Mário Ferraz de Castro)
DIRETOR ADMINISTRATIVO.

13
29

LEI N.º 1366, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1965

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em sessão realizada no dia 16/12/1965, PROMULGA a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, para efeito de desapropriação amigável ou judicial, o terreno de 324m, encravado entre a avenida Paula Penteadó e a via pública, sem denominação, localizada entre as ruas Baroneza do Japi e 23 de Maio.

Art. 2.º — O terreno, a que alude o artigo anterior, deverá ser utilizado, depois de cumpridas as formalidades legais, para ligação das artérias citadas no mesmo artigo.

Art. 3.º — As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de verbas próprias orçamentárias, suplementadas se necessário.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

PEDRO FAVARO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada na Diretoria Administrativa desta Municipalidade, aos vinte dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e cinco.

MÁRIO FERRAZ DE CASTRO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

ANDAMENTO DO PROCESSO

COMISSÕES

C. J. R. 29-10-61

C. F. O. _____

C. O. S. P. _____

C. E. C. H. A. S. _____

As Sr. Vereador _____

"OBSERVAÇÕES"

A N E X O S

Fls. 1-3-19-4-19-13-19

AUTUADO EM 06/10/1961

[Handwritten Signature]
DIRETOR ADMINISTRATIVO